

420  
a



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Frederico Neves**

221

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0140662-4

Apelante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Apelada: Antônia Dina de Jesus Brito (E OUTROS)

Relator: Des. **Frederico Ricardo de Almeida Neves**

Relator Convocado: Des Substituto **Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**

Modelândia  
5499

**EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MORTE CAUSADA POR ELETROPLESSÃO. CONCESSIONÁRIA. OMISSÃO. RESPONSABILIDADE. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO.**

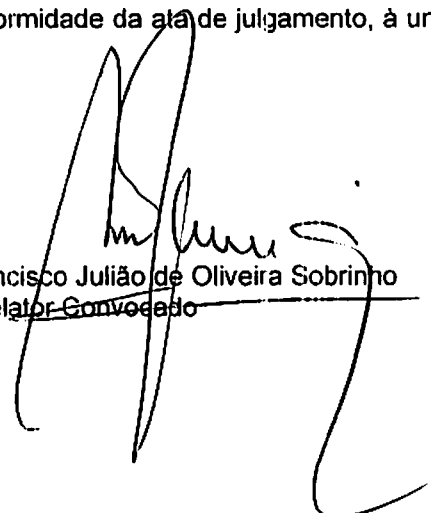
1) Comprovada a omissão da concessionária e ausente qualquer fator que exclua sua responsabilidade, impõe-se a indenização aos dependentes daquele que se vitimou por eletroplessão.

2) O arbitramento da indenização deve observar o intuito pedagógico da condenação, sendo esta reconhecidamente fixada com justiça quando não propicia enriquecimento injustificado a quem a recebe, nem exagerado e predatório ataque ao patrimônio de quem a suporta.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0140662-4, acordam os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo.

Recife, 18/11/2009.

  
Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho  
~~Relator Convocado~~



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

222

395  
de

## QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0140662-4

Apelante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Apelada: Antônia Dina de Jesus Brito (E OUTROS)

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

## RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta contra sentença que, em sítio indenizatório, observado o devido processo legal, acolheu, em parte, o pedido autoral, ao reconhecer a responsabilidade da empresa/concessionária no acidente por eletroplessão ocorrida por “efeito corona” em rede de alta tensão, que levou à morte Cícero Serafim de Brito, esposo da autora e pai dos menores, para o fim de condená-la, a título de indenização, a pagar:

- (I) dois terços do salário mínimo mensal, desde a data do evento danoso, à autora Antônia Dina de Jesus Brito, enquanto permanecer viúva e até que a vítima completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- (II) aos autores Cleblano Serafim de Brito e Ayane Kelly de Jesus Brito a mesma quantia, até que completassem, cada qual, 25 (vinte e cinco) anos de idade;
- (III) determinou, ainda, que as parcelas vencidas sejam pagas de uma só vez, devidamente atualizadas pela tabela do ENCOGE e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês, a contar do evento danoso;
- (IV) os consectários sucumbenciais consistentes nas custas processuais e na verba honorária advocatícia, essa à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações vencidas (v. fls. 312/322).

A concessionária/ré irrisignada, maneja a presente apelação, o que faz sob o argumento, resumidamente: (I) inexistência do dever de indenizar: ausência de comprovação de responsabilidade da CELPE no tocante à eletroplessão sofrida pelo Sr Cícero Serafim de Brito e por ter sido o acidente decorrente de culpa exclusiva da vítima; (II) *quantum* indenizatório: em se entendendo pela responsabilidade de indenização, que o *quantum* seja minorado a fim de atender os critérios de proporcionalidade diante da realidade dos autores apontada nos autos (v. fls. 342/356).

Pede, em razão disso, o acolhimento das questões suscitadas para o fim de (I) reformar a sentença para julgar improcedente o pedido autoral; ou (II) reformar a sentença reduzindo-se o *quantum* indenizatório.

O recurso foi recebido em regular efeito, fl. 359. Custas recolhidas, fl. 357.

A parte apelada ofereceu resposta (v. fls. 361/373), com o que busca o desprovimento do recurso, para ver mantida inalterada a sentença hostilizada.

É o relatório, no essencial. À douda Revisão.

Recife, 02 de outubro de 2007.

Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho  
Relator Convocado



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

fl. 412  
qr

223

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0140662-4

Apelante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Apelada: Antônia Dina de Jesus Brito (E OUTROS)

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almada Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

**VOTO**

O Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho (Relator), proferiu o seguinte voto:

Antes de adentrar na análise do mérito, hei por bem fazer pequena digressão sobre as circunstâncias de fato que originaram o acidente.

(a) Consta dos autos que, em data de 13 de junho do ano de 2000, o Sr Cícero Serafim de Brito (esposo e genitor da parte apelada), no exercício de sua profissão de pedreiro, construindo um segundo andar em um imóvel localizado na cidade de Moreilândia-PE, ao ter uma trena de metal nas mãos, um fio de alta tensão que passa próximo a referida construção o atraiu, tendo o mesmo tomando um choque e, posteriormente, jogado ao chão, muito queimado e quase sem vida, falecendo a caminho do hospital local;

(b) A empresa-ré, ora apelante, diz que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, que se aproximou de cabos condutores de energia elétrica com uma trena metálica, sem equipamento de segurança, e que os fios energizados estavam em local seguro com altura de 7 (sete) metros do solo, distantes de telhado com vão mínimo de 2 (dois) metros.

(c) O Sr perito relata que *“antes do acidente a rede de alta tensão que ocasionou o choque encontrava-se a aproximadamente a 0,30 (zero vírgula trinta metros) de afastamento horizontal, ou seja, fora dos padrões de afastamento mínimo da própria concessionária (CELPE), conforme anexo 1, 2 e 3, e posteriormente ao acidente a CELPE deslocou a rede de alta tensão para o afastamento mínimo, hoje com 1,50m (um vírgula cinquenta metros). Durante a vistoria fui informado, e pude observar que apenas nas proximidades do local do acidente o afastamento mínimo exigido está regular (1,50m - um vírgula cinquenta metros), e no resto da rua 15 de novembro a rede de alta tensão encontra-se bem próximo das residências levando-se em consideração o afastamento horizontal, ou seja fora dos padrões mínimos de afastamento da própria CELPE, fato que pode ser observado a olho nu por qualquer pessoa”* (v. fl. 251).

Assim, entendo que o cerne da questão se prende em verificar se se pode imputar responsabilidade civil, diante do acidente que ocasionou a morte do Sr Cícero Serafim de Brito, à Companhia de eletricidade ré.

(I) Inexistência do dever de indenizar. Ausência de comprovação de responsabilidade da CELPE. Culpa exclusiva da vítima.

Para eximir-se da obrigação de indenizar, a empresa-apelante afirmou que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, por ter aproximado a trena de metal aos fios, e efetivamente dado causa ao sinistro.

Da análise do conjunto probatório, entendo que o evento que vitimou fatalmente o genitor e pai da parte autora ocorreu sim por omissão culposa da concessionária ou por desleixo na manutenção da rede elétrica.

224 de 413  
Poder-se-ia até admitir alguma negligência no proceder da vítima, - o que não verifico -, pela falta de uso de algum equipamento, mas se não fora a proximidade da rede elétrica das edificações, certamente não haveria o sinistro, sendo esta a causa preponderante e de mais alta significação para o resultado lesivo, a excluir qualquer outra que eventualmente pudesse ocorrer.

*In casu*, com base na análise dos elementos probatórios, comprovado ficou não ter havido culpa concorrente da vítima, por não ter contribuído para a ocorrência do evento fatídico, demonstrando como prova a exclusiva responsabilidade, não só objetiva, mas subjetivamente constatada, da concessionária pelo *eventus damni* pelo que deve a ora recorrente ser civilmente responsável e obrigada a reparar o dano por inteiro.

Ademais, como relatado pelo Sr Perito, o poste de energia elétrica foi afastado pela CELPE após ocorrido o acidente, sugerindo tal fato a conclusão da grave irregularidade, pela proximidade excessiva da rede elétrica das construções naquele logradouro.

É de se observar, ainda, que as referidas construções são anteriores a eletrificação (v. depoimentos de fls. 120, 122, 125, 126, 128, 142).

Por fim, cumpre ressaltar, que a participação culposa da vítima no fato danoso deveria ser demonstrada indubitavelmente. Mas, no caso, suficientemente esclarecida a dinâmica do acidente, pode-se depreender que este ocorreu exclusivamente pela conduta omissiva da concessionária do serviço público, que se descuidou do dever de fiscalizar e de conservar a rede de energia elétrica, sem os riscos que se apresentavam ao tempo do evento.

(II) *Quantum* indenizatório. Redução. Critério de proporcionalidade. Realidade dos autores.

Uma forma mais freqüente de reparação de ato ilícito, que deve ser a mais ampla possível, cumprindo o primado da responsabilidade civil, é a de pensão alimentar, sendo que no caso dos autos, a pensão mensal fixada no valor de 2/3 do salário mínimo para cada um dos autores merece prevalecer, uma vez que não corresponde a uma quantia írisória e nem chega a ser causa de enriquecimento, muito menos chega a configurar exagerado e predatório ataque ao patrimônio de quem a suporta.

Ademais, como bem ressaltou a d. representante do Ministério Público, (...) *mesmo que a vítima Cícero Serafim não fosse arrimo de família, sua morte foi repentina e prematura, abalando os seus próximos emocional e financeiramente e a indenização fixada representa, ao menos do ponto de vista financeiro, um reconforto* (v. fl. 392).

Posto isso, e sem mais delongas, voto pelo desprovimento do recurso.

Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho  
Relator Convocado



**Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves**

1  
fl. 414  
qm

225

**4ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 140662-4 Morelândia – Vara Única  
Apelante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco  
Apelados: Antônia Dina de Jesus Brito e outros  
Relator: Juiz Francisco Julião  
Revisor: Des. Jones Figueiredo Alves

**VOTO:**

A jurisprudência dos nossos tribunais é unânime em afirmar que cabe ao concessionário de serviço público executar em seu nome e por sua conta e risco as obras e serviços que lhe foram concedidos, assumindo a inteira responsabilidade pelas conseqüências que seus atos causarem aos usuários e a terceiros.

Tratando-se de dano decorrente de acidente provocado por falha de serviço público prestado por concessionária. A responsabilidade desta por força do art. 37, §6º da Constituição Federal, é objetiva, de sorte que dela se exonera somente se o evento houver resultado de caso fortuito, de culpa de terceiro ou exclusiva da vítima. Mister se faz, tão somente, a comprovação da existência do dano e do nexa causal, independentemente de dolo ou culpa dos seus agentes.

Nesse sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, acerca da matéria:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DESABAMENTO DE POSTE. VÍTIMA FATAL. MÁ CONSERVAÇÃO. AÇÃO PROCEDENTE. Hipótese em que comprovado de maneira cabal o estado de má conservação do poste de iluminação. Culpa reconhecida da ré. Ademais, segundo a Constituição Federal (art. 37, §6º), a responsabilidade da empresa de energia elétrica, concessionária de serviço público, é objetiva. Recurso especial não conhecido". (RESP 246758/AC, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, d.j. de 27.11.2000)

Da mesma forma vem se posicionando os Tribunais de Justiça, a saber:

"EMENTA: MORTE POR ACIDENTE RESULTANTE DE DESCARGA DE ALTA TENSÃO. COMPROVAÇÃO DO NEXO

qm

226  
2  
R. H/S  
Qr

CAUSAL ENTRE O RISCO CRIADO PELA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA E MORTE DE OPERÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO COMPROVADA. IMPROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS FORMULADO POR SEUS DESCENDENTES. PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO, COM A REDUÇÃO DO PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS ÀS DEVIDAS PROPORÇÕES. Comprovado o nexo causal entre o risco criado por distribuidora de energia elétrica pela falta da necessária proteção de rede de alta tensão e o acidente de que resultou a morte de operário que trabalhava em obra vizinha, é de ter-se como caracterizada a responsabilidade objetiva da empresa concessionária do referido serviço público, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, impondo-se, à falta de prova da culpa exclusiva da vítima, o provimento da apelação, interposta da sentença pela qual foi decretada a improcedência do pedido de indenização por danos materiais e morais formulado por seus descendentes, para dar-se pela sua procedência parcial, com redução do valor desse pedido às devidas proporções". (TJMG -AC nº 1.0000.00.290572-7/000 - Rel. Des. FERNANDO BRÁULIO - Julg.: 21/08/2003 - Publicado em 15/10/2003)

"Responsabilidade Civil. Morte de menor por eletropressão. Empresa permissionária de fornecimento de energia elétrica. Serviço originariamente público. Responsabilidade objetiva. A empresa permissionária de serviço de fornecimento de energia elétrica responde, perante o consumidor, por danos causados por vício do serviço, prestado 'uti singuli', salvo se provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, seja por presunção absoluta de culpa ou por entendida adotada, nesta hipótese, a teoria da responsabilidade objetiva do fornecedor. Do alcance da indenização. Inexistindo, no direito brasileiro, parâmetros ou tarifamento para fixação de verbas indenizatórias, salvo hipóteses excepcionais, a estimativa é conferida ao prudente arbítrio do juiz, a ser entendido em conformidade com as circunstâncias peculiares do fato, as condições do lesado e do agente causador do dano, sem desprezar a necessidade de coerência dos julgados. Sentença parcialmente reformada. (9fls) (TJRS, AC 70000125856, 9ª C. C., Rel. Des. Mara Larsen Chechi, d.j. de 22/03/2010)

Sobre o tema o mestre Ruy Stoco pondera:

227  
3  
fl. 416  
Qfr

"Entendemos, contudo, que a força atrativa da disposição contida no § 6º, art. 37, da Constituição Federal, é preponderante. Em casos que tais a concessionária dos serviços públicos de geração de energia elétrica responde, objetivamente, sem indagação de culpa ou sua mera presunção, nos limites da teoria do risco administrativo, pelos atos que seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros. (...)

"A empresa de energia elétrica responde por acidente decorrente de ruptura de cabo de eletricidade, ainda que provocada por terceiro" (TJSP – 3ª C. – Ap. – Rel. Tomaz Rodrigues – J. 16.06.77 – RT 507/85)." (...)

"A companhia fornecedora de energia elétrica é obrigada a reparar o dano causado a terceiro se não adotou as devidas providências para regular conservação das instalações externas de sua rede de distribuição." (TJPI – Cs. Reunidas – EInfs. 98.000814-0 – Rel. Brandão de Carvalho – J. 07.04.2000 – RT 781/360)" (In Tratado de Responsabilidade Civil", 5ª ed., 2001, p. 881).

Pois bem.

Na hipótese dos autos, restou devidamente comprovado que a vítima Cícero Serafim de Brito, esposo e genitor dos autores respectivamente, de conformidade com o auto de exame cadavérico acostado à fl. 21, faleceu por traumatismo craniano em decorrência de choque elétrico, em razão de o fio de alta tensão encontrar-se muito próximo da sacada do imóvel em que trabalha como pedreiro, contrariando as normas técnicas.

É o que revela o laudo pericial (fls.250/252), cujo trecho bem posto na sentença destaco *in verbis*: "(...) Durante a vistoria fui informado e pude observar que apenas nas proximidades do local do acidente o afastamento mínimo exigido está regular (1,50 – uma vírgula cinquenta metros), e no resto da rua 15 de novembro a rede de alta tensão encontra-se bem próximo das residências, levando em conta o afastamento horizontal, ou seja, fora dos padrões mínimos de afastamento da própria CELPE, fato que pode ser observado a olho nu por qualquer pessoa".

Cumpria a apelante, como fornecedora dos serviços de energia elétrica, fiscalizar, de maneira cuidadosa e diligente, as instalações de toda a rede de sua responsabilidade. O que se extrai dos autos, é a sua negligência no que tange à estrutura adequada da rede de energia.

Importante frisar, mais uma vez, que em se tratando de dano decorrente de acidente provocado por falha de serviço público prestado por

concessionária, a responsabilidade desta, por força do comando estampado no §6º, do art. 37, da Constituição Federal, é objetiva, de sorte que dela se exonera somente se o evento houver resultado de caso fortuito, de culpa de terceiro ou exclusiva da vítima. Na espécie não há de se falar em caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima, se esta não restou devidamente comprovada.

Assim diante das circunstâncias gerais do caso concreto, e comprovado o nexo de causalidade entre o fato e o evento morte, devida se apresenta a indenização, como consequência da conduta ilícita (omissão) da apelante (arts. 186 e 927, do CC).

Nesse influxo, correto os danos materiais (pensão com natureza indenizatória), fixados pelo MM. Juiz da causa em 2/3 (dois terços) do valor de 01 (um) salário mínimo, desde a data do evento danoso à autora Antonia Dina de Jesus Brito, enquanto permanecer viúva e até a vítima completasse 65 (sessenta e cinco anos).

E também aqueles arbitrados em favor dos autores e filhos do falecido – Clebiano Serafim de Brito e Ayane Kelly de Brito – na mesma quantia até que completem, cada um, 25 (vinte e cinco) anos de idade.

Em face de todo o exposto, nego provimento ao apelo da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 18.11.09

Des. Jones Figueiredo Alves  
Relator